

A ESCOLA COMO LUGAR DA EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE

Airton Antonio da Silva*

airtonasilva@hotmail.com

Ulisses Heckmaier Cataldo*

ulissescataldo@gmail.com

* Faculdade Sul Fluminense, Volta Redonda/RJ Brasil

RESUMO

O processo educacional brasileiro, vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sofrendo mudanças, e sobretudo, a partir de 1985, com o processo de redemocratização, onde a educação sempre esteve como ponto de discussão nos grandes debates nacionais. Historicamente, a educação brasileira sempre esteve a serviço das elites, pois sempre esteve em seus objetivos formar mão de obra para os meios de produção capitalista, principalmente no que concerne a classe trabalhadora, houve e ainda há um grande investimento em cursos técnicos. Neste aspecto, desenvolveu-se ao longo dos tempos uma educação de cunho tecnicista que visa a domesticação do sujeito, ou seja, adestrá-lo ao Mercado. Este processo torna-se muito claro, se olharmos atentamente as propagandas do Ministério da Educação (MEC), veiculadas nos meios de comunicação, a questão dos cursos técnicos, por exemplo, onde os estudantes envolvidos no processo são treinados ou domesticados para produzir e não para pensar. O presente trabalho acadêmico visa demonstrar que ainda somos um país carente de uma educação que promova o sujeito em sua totalidade, isto é, a necessidade de se pensar o processo de ensino-aprendizagem a partir do contexto, da realidade na qual se encontra inserido, possibilitando-lhe o desenvolvimento de um pensamento crítico, assim como seu posicionamento frente as demandas apresentadas por este contexto. Nesta perspectiva e a partir de uma revisão bibliográfica, e tendo como referencial teórico, Paulo Freire, o presente artigo propõe a discussão de alguns elementos que perpassa a promoção de uma educação fundamentada na liberdade, na autonomia e na promoção da consciência crítica dos sujeitos envolvidos neste processo de ensino-aprendizagem, onde a escola possa ser um lugar, e não um instrumento de alienação, que promova a liberdade tendo em vista as transformações individuais, coletivas e sociais.

Palavras-chave: autonomia; liberdade; diálogo; interação; emancipação.

INTRODUÇÃO

Os processos de transformações ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas, com processo de redemocratização do país e, sobretudo a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, trouxeram à tona velhos e

novos problemas do sistema educacional brasileiro. Muito embora, haja um “esforço” de se garantir uma “base curricular comum” a todos, o que percebemos é ainda, uma educação voltada para os meios de produção capitalista, cuja preocupação é domesticar, adestrar o sujeito para o Mercado. Esta proposta fica muito clara, por exemplo, ao nos depararmos com a exclusão, da grade curricular, sobretudo, de disciplinas como filosofia e sociologia.

Vivenciamos no país uma educação tradicional, que não acredita na potencialidade da pessoa humana e na sua capacidade de educar-se como sujeito histórico. O conteúdo apresentado aos alunos não é contextualizado, distante de sua realidade. O contexto educacional brasileiro nos apresenta uma educação formal, que tem como objetivo responder as exigências materiais e simbólicas necessárias para a manutenção do processo de dominação do capital. Este processo torna-se muito claro, se olharmos atentamente as propagandas do MEC, veiculadas nos meios de comunicação, a questão dos cursos técnicos, por exemplo, onde os estudantes envolvidos no processo são treinados ou domesticados para produzir e não para pensar. Muito além destes fatores, ainda é gritante o escasso investimento destinado a educação pelo governo federal, o sucateamento das escolas e universidades públicas, a não valorização dos professores.

Diante deste cenário, onde o ser humano é esmagado, fragmentado, diminuído, onde as forças sociais dominadoras exercendo o seu papel, nos apresentam um homem tragicamente assustado e até duvidando de suas potencialidades e possibilidades, ao lado do medo da solidão, que alonga como medo da liberdade, torna-se um desafio desenvolver um projeto educacional que o leve a perceber, que existir é muito mais do que está no mundo, que o leve a um processo de integração, de ajustar-se à realidade para transformá-la, como nos indica Paulo Freire. Um outro aspecto que se apresenta neste contexto é a promoção de um ensino público de qualidade, com um investimento ilusório e a promoção da cidadania, em um cenário onde o processo de ensino-aprendizagem é domesticador, submetendo o sujeito a um adestramento que atenda a demanda do mercado.

Este artigo tem como objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica, demonstrar como ainda somos carentes de uma educação que promova o sujeito em sua totalidade, isto é, a necessidade de se pensar o processo de ensino-aprendizagem a partir do contexto, da realidade na qual se encontra inserido, possibilitando-lhe o desenvolvimento de um

pensamento crítico, assim como seu posicionamento frente as demandas apresentadas por este contexto.

Percorrendo brevemente o caminho da evolução histórica da educação brasileira, destacando o período colonial, o período republicano e a educação no período democrático, onde o processo educacional esteve sempre vinculado aos desejos de uma elite dominante. Esta evolução histórica convoca-nos, assim, a colocar em debate a escola pública, e também a privada, como instrumento de manutenção deste estado burguês.

Numa perspectiva de possibilidades, muito embora possa apresentar-se com algumas dificuldades, daí surge a necessidade de um diálogo mais amplo com toda a sociedade, apresentando a escola como lugar de uma educação para liberdade, onde o processo ensino-aprendizagem necessita de uma avaliação e, conseqüentemente, de mudanças que visem a atender as demandas deste sujeito afim de promover transformações individuais, coletivas e sociais.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Desde a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil em 1500 até a proclamação da república ocorrida em 1889, a educação brasileira vivenciou neste período três fases: a educação ministrada pelos jesuítas, a reforma do Marques de Pombal e a educação imperial. (RIBEIRO,1993).

A chamada educação jesuíta perdurou por aproximadamente dois séculos, tendo seu início com Manuel da Nóbrega com a instituição da instrução e a catequese dos indígenas. (GHIRALDELLI JR, 2005)

Segundo Ghiraldelli Jr. (2005) a Companhia de Jesus, possuía o monopólio da educação neste período, fundando vários colégios com vistas a formação de religiosos e destinados à elite. Suas experiências pedagógicas podem ser sintetizadas no chamado *Ratio Studiorum* (ordem dos estudos), tendo como principal objetivo a formação do homem cristão, incluindo em sua grade curricular um curso básico de humanidade, filosofia e teologia, cuja finalização ocorria na Europa.

A partir de 1759, com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, tem-se início uma nova etapa da educação brasileira, fundamentadas nas reformas de Marques de Pombal, então ministro de Portugal, que tinha como objetivo aproximar o país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e sociais que ocorriam na Europa, no campo cultural, o que se queria era aproximar o máximo possível das ideias iluministas, empreendendo-se assim uma série de reformas que visava esta adaptação. (GHIRALDELLI JR, 2005).

Como indica Ghiraldelli Jr (2005), neste período nasce em Portugal o chamado “Ensino Público”, ou seja, um ensino mantido pelo Estado e voltado para a cidadania. No Brasil, com essas reformas, o curso de humanidades é substituído pelas chamadas aulas regias, que consistia em aulas avulsas de latim, grego filosofia e retórica, cuja conclusão se dava também na Europa.

Segundo Ribeiro (1993), com a chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil em 1808, ocorre uma profunda transformação na educação brasileira. D. Joao VI, buscando assemelhar o que era a corte, institui no Brasil uma série de cursos profissionalizantes tanto em nível médio quanto superior, bem como militares, estruturando assim a educação em três níveis: primário (era a escola de ler e escrever), secundário que se manteve dentro dos esquemas das aulas regias, mas ganha uma divisão disciplinar, sobretudo em estados como Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com o retorno da família real e sua corte à Portugal, e a conseqüente proclamação da Independência do Brasil em 1822, e a outorgação da Constituição Brasileira de 1824, que inspirava a ideia de um sistema nacional de educação, segundo o qual o império deveria possuir escolas primarias, ginásios e universidades.

No entanto, todo esse processo vai ser consolidado a partir de 1850, quando a economia cafeeira alavanca todo o país, após a decadência da mineração. Com a criação em 1854 da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, uma espécie de Ministério da Educação, cujo trabalho era orientar e supervisionar o ensino tanto público quanto particular. (GHIRALDELLI JR, 2005).

Ghiraldelli aponta duas características básicas que marcam o processo educacional imperial, uma educação desligada do contexto social e da formação científica com

destino maior para jovens em detrimento às crianças. Com relação ao ensino superior, não havia uma política integrada entre o governo central e o que se fazia nas províncias.

O grande destaque deste período foi a criação do Colégio D. Pedro II, cujo objetivo era servir de modelo de instituição de ensino secundário, porém tornou-se na realidade uma instituição preparatória para os cursos superiores. Dentre as grandes mudanças ocorridas neste período destaca-se: a acentuação da formação literária em detrimento da formação científica, assim como a acentuação da formação científica em detrimento do cultivo das humanidades. Essa oscilação teve como causa a disputa entre o ideário positivista e o ideário humanista.

Um dos elementos mais importantes deste período imperial, foi a promulgação do decreto 7.247 (*Ad Referendum*) que institui a liberdade do ensino primário e secundário no município da corte e a liberdade do ensino superior em todo país. (GHIRALDELLI JR, 2005).

A proclamação da república em 1889 finda este período imperial, instaurando uma nova fase na educação brasileira. A educação no período republicano passa por duas fases, uma primeira denominada “entusiasmo pela educação” que tinha como bandeira a abertura de novas escolas e a segunda fase denominada “otimismo pedagógico” que centrava sua preocupação com os conteúdos e métodos educacionais, que teve como fruto a reforma educacional ocorrida em 1920. (RIBEIRO, 1993).

Em 1930 ocorre uma divisão ideológica na elite brasileira, que produziu reflexões pedagógica que tinha por fundamentos as disputas políticas. Esta briga de “comadres” produziram um conjunto de projetos de acordo com suas ideologias. O ideário liberal calcava na ideia de liberdade individual, propunha a expansão da rede escolar, assim como melhoria na qualidade de ensino.

O ideário católico, buscava combater toda e qualquer forma de pedagogia libertária. Buscando uma terceira via, o escolanovismo católico, que afirmava que a vida é um processo de educação e a educação humana um processo de vida, fundamentando-se na filosofia de Tomás de Aquino. Assim sendo, o tomista Alceu de Amoroso Lima, explicita a pedagogia católica nomeando-a como uma pedagogia integral, que em termos cronológicos corresponde a três momentos da formação humana: a educação que ocorre do nascimento à morte, isto é, infundir hábitos; a instrução que iria da puberdade

à morte, que consiste em ministrar conhecimento e a cultura que iria da maturidade à morte, que tende a elevar a personalidade individual e social. (RIBEIRO,1993)

O ideário integralista, tendo como idealizadores Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, coloca no centro de suas preocupações o operário e a mulher, por considera-los emergentes do cenário do período de 1920/30, tendo como questões de fundo a questão do trabalho e o direito de voto da mulher e também por questões doutrinárias, elege a família na pessoa da mulher com determinações educativas e o sindicato profissionais com funções culturais, como células naturais.

A formulação integralista, que considerou a todos como trabalhadores (“da inteligência, do braço e do capital”), buscou perpetuação da hierarquia social sobre a base da perpetuação da propriedade privada e, nessa direção acentuou em sua plataforma de política educacional a necessidade da escola profissional voltada para o desenvolvimento industrial. (GHIRALDELLI, 2009, p.66)

Para defender uma educação diferenciada para mulheres e a coeducação dos sexos, a pedagogia integralista busca fundamentar-se na biotipologia. Com isto os testes vocacionais, ganham neste período, nas mãos dos integralistas, uma conotação elitista, racista e altamente discriminatório.

Não há muita publicação do ideário comunista na década de 1930, no entanto, na visão comunista o capitalismo seria incapaz de realizar uma educação inspirada na pedagogia marxista. A pedagogia marxista, que no Brasil surge com a fundação do Partido Comunista do Brasil, tendo em Paschoal Lemme um de seus expoentes, propunha a integração do conhecimento científico da realidade como meio de formação dos militantes em sua preparação para a revolução social. Neste aspecto, a concepção da chamada “escola para vida e pela vida” só poderia significar para o proletariado uma “escola para a luta e pela luta”.

A ditadura militar no Brasil perdurou por 21 anos, terminando com a eleição via colégio eleitoral em 1985 de Tancredo Neves e José Sarney. Neste período, ao longo de duas décadas, a educação foi pautada pela repressão, privatização do ensino, pela exclusão de uma boa parcela dos setores pobres do ensino elementar de boa qualidade, a institucionalização do ensino profissionalizante, por uma pedagogia tecnicista e por variadas tentativas de desmobilização do magistério através das confusas leis educacionais.

A democratização do país a partir de 1985, implica a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte que tem como objetivo oferecer ao país uma nova constituição, o que ocorre em 1988. A nova Constituição denominada por Ulisses Guimarães de: “Constituição Cidadã”, por contar da participação popular, tendo como elemento os debates de temas relativos à sociedade brasileira, o que ocorre através da implementação dos chamados comitês constituintes por todo o país, sendo a educação um dos pontos relevantes deste debate popular. Neste aspecto, a educação na nova constituição deveria visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho, tornando o ensino público obrigatório, e gratuito, como direito subjetivo.

“A ESCOLA PÚBLICA EM DEBATE”

Rosemary Dore (2006), nos apresenta em seu artigo Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil, o conflito que ainda hoje é atual neste contexto, onde há um retrocesso das conquistas sociais, sobretudo dos direitos dos trabalhadores, como o retorno no sistema educacional dos cursos técnicos, como instrumento de dominação sustentado pela realidade do desemprego. Investe-se em escolas e cursos técnicos e ao mesmo tempo tira os direitos da classe trabalhadora.

A autora também nos traz grandes contribuições sobre a visão crítica da educação, questionando a partir de Gramsci e outros teóricos o papel da escola. Apresentando-nos a escola e também outras instituições como um aparelho ideológico do estado burguês. Esta ideia fica muito clara quando nos diz que esta ideologia é inculcada por meio da aprendizagem.

“A instituição educacional como um dos aparelhos ideológicos do estado dominantes nas formações sociais capitalistas maduras. (...) Por meio da aprendizagem é massivamente inculcada a ideologia da classe, com o objetivo de reproduzir as relações de exploração que caracterizam a sociedade capitalista”. (DORE, 2006, p.332)

Segundo Dore (2006), em sua análise da sociedade civil, Gramsci nos mostra o intenso trabalho educativo da classe dominante para garantir o consenso ao seu governo. No entanto, também infere que processo também pode indicar formas de organização das classes subalternas para a conquista da hegemonia.

Para que este processo aconteça, e torne o centro de cultura, ele propõe duas linhas principais de ação:

- a) Concepção geral de vida tendo como referência o marxismo (a filosofia da práxis) que deveria ser aprofundado e desenvolvido.
- b) Um programa escolar que diz respeito a um princípio educativo e pedagógico original.

A partir deste programa que ele desenvolve a noção de escola unitária. Este princípio unitário ultrapassa a escola como instituição e se relaciona à luta pela igualdade social, visando a superação das divisões de classes.

A ESCOLA COMO LUGAR DA EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE

Segundo Paulo Freire (1996), temos de emancipar a nós mesmos antes de poder emancipar outros. Se partirmos do pressuposto que emancipar significa a construção de bases para superar o reducionismo materialista do ser humano e de transformação social, isto implica em afirmar que uma educação que seja emancipadora busca fazer uma leitura do conjunto das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo sempre a percepção de como neste contexto se reproduzem as formas de dominação.

A educação realiza-se ao longo da vida enquanto processo de conhecimento de si e do mundo, proporcionando assim a construção de nossa identidade e inserindo-nos no movimento da vida social e política.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 1996, p.46).

Torna-se necessário pensarmos o processo de ensino-aprendizagem, onde o contexto no qual o sujeito está inserido, a sua história e a sua cultura sejam direcionadores do processo, uma educação crítica e criticizadora, que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica; fato que ocorreria se desenvolvesse no estudante o gosto pela pesquisa (FREIRE, 1996).

A prática pedagógica de Paulo Freire nos mostra o respeito à liberdade dos educandos, pois esta deve levar o homem a refletir sua vocação ontológica, de ser sujeito.

É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. (...) meu papel no mundo não é só de constatar o que ocorre mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas o objeto da História mas seu sujeito igualmente.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. (FREIRE, 1996, p.85).

A escola enquanto instituição voltada para a formação do trabalho, deve possibilitar as condições de emancipação a partir de um pensamento autônomo. Para isso torna-se necessário identificar possibilidades de compreensão da totalidade e as contradições que permeiam a realidade política e social.

Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo? Porque não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade?

É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 1996, P.33; 47)

Levando-se em conta os limites estruturais da escola brasileira e a precariedade de condições de formação continuada dos professores, torna-se difícil uma formação que viabilize a emancipação efetiva dos sujeitos envolvidos, em qualquer nível de ensino. No entanto, Freire, faz um convite, ao inferir que para que o sujeito saía deste lugar de amordaçamento, “desta curiosidade domesticada”, seria preciso libertar-se, sair desta técnica mecânica, para que realmente haja ensino-aprendizagem (FREIRE, 1996).

Renovar a escola por dentro, questionando currículos, métodos de ensino, fragmentação do conhecimento, objetivos das políticas públicas que retratam projetos de governo e não projetos da sociedade, seria a tarefa inicial, visando a recuperação inicial da qualidade do ensino ministrado.

Outro ponto de considerável relevância neste processo de construção de uma autonomia por parte do discente estaria na necessidade deste não reproduzir, enquanto oprimido pelo sistema tradicional de ensino, a opressão em suas vivências. Freire (1987), discorre em uma de suas principais obras, intitulada de “Pedagogia dos Oprimidos, sobre a relação verticalizada de oprimido e opressor que caracteriza a as contingências sociais, no ambiente de aprendizagem, entre docentes e discentes.

Neste contexto, Freire (1987) descreve sobre a “educação bancária”, onde o estudante se torna, passivamente, um depósito de informações imposto pela figura do docente, enquanto representante de um “douto” e pseudopoder. Assim, expõem que o processo de libertação nas relações de ensino-aprendizagem se dará não somente com a mudança nas ideologias do docente (opressor), como também, nas atitudes do discente (oprimido) em não oprimir. Por fim, relata que esta primeira liberdade deverá ocorrer a partir da autolibertação do estudante, enquanto crítico de seus ideias e ações, e proporcionando a construção de um ambiente para uma libertação comum entre oprimidos e opressores.

Neste sentido, para Freire (1987) a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, se apresentará eficazmente em dois momentos. O primeiro, em que os oprimidos vão se desalienando do mundo da opressão para, conseqüentemente, se comprometerem no dia a dia, com a sua transformação; segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente e conjunto de libertação.

A curiosidade que silencia a outra se nega a si mesma também. O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que a sua curiosidade como liberdade deve estar sujeito a limites, mas em permanente exercício. ...sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino... com a curiosidade domesticada posso alcançar a memorização mecânica do perfil deste ou daquele objeto, mas não o aprendizado real ou reconhecimento cabal do objeto. (FREIRE, 1996, P.95).

Pode-se inferir que ao explicitar as relações que sustentam uma determinada concepção de mundo, contextualizar historicamente os fatos abordados, superar o imediatismo e explicar o conjunto de relações determinantes e determinadas no conjunto de nossa formação é fundamental para nos emanciparmos a fim de podermos emancipar, libertar os outros.

Neste sentido a educação deveria ser sempre emancipadora, mas tal só é possível em uma sociedade com fundamentos diversos daqueles que sustentam a sociedade capitalista. Tanto em seu sentido abrangente, quando em seu contexto formal, a escola, a educação se apresentam como medidas de liberdade, da formação da personalidade da possibilidade de realização plena da capacidade individuais e coletivas. Neste aspecto, torna-se necessário contribuir para que se desenvolva no educando o gosto pela pesquisa, visto que esta implicaria no desenvolvimento de uma consciência crítica,

como um dos elementos do processo de uma educação crítica-criticizadora. (FREIRE,1987)

Favorecer o desenvolvimento de um processo dialógico constante, pois a existência humana não pode se nutrir de falsas palavras, mas de palavras que levem ao homem se pronunciar, problematizando, a fim de em comunhão com os demais, transformar o mundo. (FREIRE, 1970). Se o processo de emancipação passa pela organização política da classe trabalhadora, organização que exige também o domínio da linguagem, porque esta se apresenta como ideológica, formular um pensamento autônomo implica superar as formas da subalternidade, implica numa constante mudança de atitude, pois é próprio da consciência crítica, segundo Paulo Freire (1996), a integração com a realidade.

Como visto, a educação no capitalismo, é um mecanismo desta estrutura de poder que tem como fim a reprodução da força de trabalho, em sentido ideológico e econômico, a escola aparece como o instrumento que propiciará a equalização das condições e a igualdades de oportunidades, onde o sujeito poderá se habilitar a disputar um mercado de trabalho altamente congestionado (BOCK, 2009). Nesta perspectiva a educação como direito de todos, constitui um problema político, social e pedagógico que, para ser enfrentado, requer transformações institucionais no âmbito político-social e transformações conceituais no âmbito pedagógico.

No processo de ensino aprendizagem, é preciso que haja mudanças, de maneira que o oprimido não se torne, também, opressor, de forma que o trabalho individual e coletivo seja pautado em temas sociais e políticos e em ações acerca da realidade social, promovendo transformações nesta realidade, já que a formação escolar proporciona condições para o desenvolvimento de capacidades, facilitando a compreensão e a interferência do sujeito nos acontecimentos sociais, políticos e culturais.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. (FREIRE, 1967, P. 97.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de transformações pelos quais passou a educação brasileira e, sobretudo, diante deste cenário de um mundo globalizado, leva-nos a uma reflexão sobre os limites das ações e investimentos na educação e a Constituição Federal de 1988, garante a educação como um direito de todos, que é papel do Estado realizar este investimento. No entanto, o país carece de uma proposta educacional que promova uma formação de qualidade para todos. Neste aspecto torna-se necessário e fundamental que haja mudanças no processo de ensino-aprendizagem, onde seus conteúdos sejam pautados em temas políticos e sociais, que visem a transformação tanto individual, coletiva e social dos indivíduos envolvidos neste processo, levando-os a se perceberem como sujeitos deste processo, tendo em vista a dignidade humana, a igualdade de direitos e o respeito pelas diferenças.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. B., Psicologia e o compromisso Social, 2ª edição, Cortez Editora, São Paulo, 2009.

DORE, Rosemary, Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil, Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, nº 70, p. 329-352, set/dez., 2006.

FREIRE, Paulo, Educação como prática da liberdade, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

-----, Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa, 19ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

-----, Pedagogia do Oprimido, 17ª edição, Paz e terra, Rio de Janeiro, 1987.

GHIRALDELLI JR., Paulo, História da educação brasileira, 4ª edição, Cortez Editora, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Paulo R. M, História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão; Paidéia, nº 4, Ribeirão Preto/SP, Fev/Jul de 1993.

Recebido em: 20/10/2018

Aceito em: 28/10/2018

Endereço para correspondência:

Nome:

email



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)